

ACTA N.º 02/ 05

Aos 29 dias do mês de Abril de dois mil e cinco, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu, no Auditório Municipal, sito na Av. José Henriques Vareda, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um - Aditamentos aos regulamentos de publicidade e ocupação de espaço público com equipamentos e mobiliário urbano e de taxas e licenças da Câmara Municipal da Marinha Grande – Proposta à Assembleia Municipal;

Ponto dois- Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2004;

Ponto três –Actividade Camarária;

O **Presidente da Assembleia** deu início aos trabalhos pelos pedidos de substituição. Do PS, pediram substituição os deputados Aníbal Curto, António Guterres, Franklím Ventura, que foram substituídos respectivamente pelos deputados, Bruno Constâncio, Raul Coelho e Victor Barbeiro; da CDU, pediram substituição os deputados Fernando Esperança e José Duarte, que foram substituídos pelos deputados António Mendes e Albino Paulo.

Seguidamente passou à votação da acta nº 5 de 28 de Setembro de 2004, que foi aprovada por maioria com 21 votos a favor e 3 abstenções por ausência, e acta nº 6 de 29 de Outubro de 2004, que foi igualmente aprovada por maioria com 21 votos a favor e 3 abstenções por ausência.

Referiu-se ao correio recebido destacando três assuntos, um do ex-governador Civil a agradecer a colaboração prestada pela Assembleia Municipal da Marinha Grande, um da Ester Adriana Neto Silva a agradecer o voto de pesar aprovada no Assembleia, em função do falecimento do Dr. Rui Couceiro da Silva, e outra da Associação de Municípios que é uma moção sobre a proposta de Lei de delimitação de mandatos, fazendo referência ao seu conteúdo.

Esclareceu a Assembleia que fora aditado suplementarmente à primeira ordem de trabalhos que receberam, um segundo ponto, respeitante à “apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano de 2004”, acrescentando que como era do conhecimento dos deputados, não foram distribuídos os documentos de contas de 2004. Explicou que a Câmara solicitou a inclusão daquele ponto na ordem de trabalhos, porque obrigatoriamente tinha que ser incluído, no entanto, ia ser retirado e apreciado numa Assembleia posterior. Por fim, anunciou que se encontravam abertas as inscrições para o período antes da ordem do dia.

O deputado da CDU, **Saúl Fragata**, referiu-se à data de 25 de Abril, entregando um documento à mesa que leu e que se encontra como anexo nº 1 à presente acta.

O deputado do PSD, **Pedro Silva**, informou a Assembleia que solicitou esclarecimentos à Câmara Municipal relativamente ao licenciamento dos armazéns da empresa Ricardo Gallo, por não saber como era possível o licenciamento e a aprovação de construção em zona não urbanizável. Referiu que na resposta da Câmara era evocado que ao abrigo do PDM o armazém em causa era indústria de classe C ou D, mas por outro lado era uma extensão da actividade industrial de classe A, que é respeitante às vidreiras. Explicou que isto significava que qualquer unidade industrial que fosse transformada em classe C

ou D poderia construir em zona não urbanizável. Disse na sua opinião era uma interpretação do PDM muito discutível e que não sabia como era possível desmontar a classe de uma determinada empresa em duas diferentes. Por fim, informou que tinha na sua posse a resposta da Câmara que disponibilizaria a quem quisesse consultar para que, futuramente, quando pedissem licenciamentos para construção em zonas não urbanizáveis, citassem também aquela interpretação do PDM.

O deputado do PS, **Telmo Ferraz** proferiu um intervenção política que se encontra como anexo nº 2 à presente acta, na sequência de um artigo do Presidente da Assembleia Municipal sobre a sua pessoa, publicado num jornal local.

O **Presidente da Assembleia** em resposta ao deputado disse que o artigo que escrevera foi despoletado pelo próprio deputado Telmo Ferraz, que em dois artigos consecutivos difamara as posições do Presidente da Assembleia Municipal. Acrescentou que relativamente à Cerca tinha uma posição diferente do deputado, por considerar que não devia ser alienado nenhum espaço. Por fim, disse que as suas posições eram públicas e que as fazia sempre que assim o entendesse, agradecendo a intervenção do deputado.

O deputado **Sérgio Moiteiro** apresentou uma moção ao 1º de Maio que se encontra como anexo nº 3 à presente acta.

O **Presidente da Assembleia** colocou a moção à votação, resultando a sua aprovação por unanimidade com 24 votos a favor.

O deputado **Saúl Fragata** referiu que as sessões da Assembleia Municipal eram para discutir questões do interesse dos munícipes do Concelho e não para lavagens de honra, que deviam ser tratadas fora da Assembleia Municipal. Relativamente ao PDM disse que apesar de iniciado pela CDU, foi aprovado já no Governo do executivo PS e que tal como agora, era utilizado para propaganda política.

O deputado **Telmo Ferraz** em direito de resposta referiu que o Presidente da Assembleia Municipal assinara o artigo de jornal naquela qualidade, e que o considerava uma confrontação e difamação pessoal. No que dizia respeito ao PDM, reforçou que foi iniciado pela CDU e que estava explícita a possibilidade de construção na zona da Cerca, o que significava que a Câmara estava a permitir construir onde a CDU previra construção. Acrescentou que a CDU falou das intenções da Câmara para com a Cerca como se aquela quisesse transformar aquele espaço na "Brandoa", o que era falso. Reforçou que a construção prevista era apenas para cobrir dois focos, conforme referido no documento entregue, e que a intenção era, por um lado dar visão àquela zona para que não houvesse vandalização do espaço e também uma forma de obter fundos, por a Câmara ter muitas despesas e poucos recursos.

O **Presidente da Assembleia Municipal** reforçou que não ia deixar de exprimir, sempre que entendesse, as suas opiniões nos artigos de opinião que escrevia para um jornal local.

O deputado do PS, **Jorge Martins**, disse que quando determinado responsável político fazia uma intervenção pública num jornal, considerava inevitável e legítimo que o assunto fosse apresentado numa sessão da Assembleia Municipal e no período antes da

ordem do dia. Referindo-se ao espaço da Cerca disse que quando se tinha a sorte de ter disponível na zona central da cidade uma área tão importante, era sua obrigação encontrar formas para que a população a pudesse usufruir em plenitude. Disse que se devia preservar e tornar agradável a utilização daquele espaço, de forma a não existir a possibilidade de ser devassado. Acrescentou que dada a área em questão e uma vez que a construção a implementar era reduzida, considerava que em nada ia prejudicar nem desvalorizar as zonas verdes previstas, a não ser por manifesta má fé.

O deputado do PS, **Oswaldo Castro**, dirigindo-se ao Presidente da Assembleia Municipal disse que lhe reconhecia o direito de opinião e liberdade de expressão, e que embora a título pessoal considerava que o deputado podia dizer o que bem entendesse, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal e em períodos eleitorais devia ser mais cuidadoso.

O **Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que nunca assinava os seus artigos de opinião na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, e que isso era abusivo da parte do jornal, a quem já pediu que corrigisse.

Em resposta ao solicitado o **Vereador João Paulo Pedrosa** prestou alguns esclarecimentos. Começou por esclarecer que o concerto de Sérgio Godinho era uma promessa que transitou do ano anterior. Explicou que no ano transacto e devido a problemas de última hora foi cancelado a vinda do cantor, passando para o ano corrente. Acrescentou que na sua opinião as comemorações tinham decorrido praticamente da mesma forma que no ano anterior tendo neste ano a temática incidido na mulher, com debates, ciclos de cinema, entre outros. Ao deputado Pedro Silva referiu que nos últimos anos se transformara no inimigo público nº 1 do desenvolvimento industrial da Marinha Grande, por sistematicamente vir levantar problemas relativamente a licenciamentos industriais, que eram muito importantes para a criação de riqueza no Concelho. Referiu também alguns aspectos do PDM dizendo que agora que estava a iniciar a sua revisão, podia ser alterado de forma a que mais iniciativa industrial e mais actividade económica pudesse ser contemplada em agro-florestal. Relativamente à Ricardo Gallo disse que uma coisa era a unidade industrial em si, que tem filtros, fumos, gás, poluição, e portanto era classe A, e outra coisa era a unidade em que se armazenavam as garrafas, que na sua opinião era legítimo que fosse considerada classe C ou D.

De seguida o **Presidente da Assembleia Municipal** anunciou que se ia passar ao 1º ponto da ordem de trabalhos:

PONTO UM – ADITAMENTOS AOS REGULAMENTOS DE PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO URBANO E DE TAXAS E LICENÇAS DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE – PROPOSTA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL;

Não havendo intervenções e presente deliberação camarária, de 21 de Abril de 2005, relativa a “Aditamentos aos Regulamentos de Publicidade e Ocupação de Espaço Público com Equipamento e Mobiliário Urbano e de Taxas e Licenças da Câmara Municipal da Marinha Grande - Proposta à Assembleia Municipal”, que se anexa e faz parte integrante da presente aprovação em minuta.

Considerando que os documentos estão devidamente fundamentados, pela legislação em vigor, a Assembleia Municipal decidiu aprovar a referida deliberação por unanimidade com vinte e quatro votos a favor, zero votos contra e zero abstenções.

Decide ainda proceder à sua aprovação em minuta por unanimidade, com vinte e quatro votos a favor, zero votos contra e zero abstenções.

PONTO DOIS – “ACTIVIDADE CAMARÁRIA”

O deputado **Fernando Alves** sugeriu à Câmara que mandasse limpar as manchas de lodo na rotunda junto ao mercado novo, por estar muito sujo. Referiu-se também aos campos de ténis em São Pedro de Moel, que foram alvo de críticas nos jornais. Disse que já denunciara por diversas vezes a situação daqueles campos e uma vez que se aproximava o Verão, considerava que deviam ser melhorados, de forma a poderem ser utilizados.

O deputado **Jorge Martins** referiu-se à actividade camarária numa perspectiva de comportamento futuro. Começou por falar do panorama económico e das crises que se avizinhavam dadas as ameaças de deslocalização de empresas, devido à concorrência desleal de outros países do mundo. Disse que considerava que o Governo já estava a actuar no sentido de minimizar os efeitos da situação económica mundial e do desemprego. Referiu-se a algumas das medidas que o Governo tomou apesar dos 49 dias de mandato, as quais considerava importantes relativamente à promoção do emprego qualificado e outras que pretendiam tomar de incentivo à actividade económica, por forma a ajudar o País a ultrapassar e enfrentar melhor a situação actual. Por fim, fez uma recomendação aos autarcas em como era indispensável que as autarquias dessem o seu apoio a todo o tipo de actividade económica, no cumprimento da Lei e seguindo as orientações governamentais.

O deputado **António Mendes** referiu que se por um lado se fazia alusão à Marinha Grande como uma cidade mais bonita, por outro lado existiam situações que careciam de intervenção urgente por parte da Câmara. A este propósito questionou a Câmara sobre os tapumes que estavam frente à fábrica dos Pedrosas, junto à linha de caminho de ferro e se estava prevista a sua remoção. Seguidamente referiu-se às instalações da antiga fábrica Angolana, questionado a Câmara se tinha conhecimento de se estar a transformar numa nova Ivima, com os toxicodependentes a ocuparem aquele espaço.

O vereador **Armando Constâncio** prestou alguns esclarecimentos às questões colocadas pelos deputados. Relativamente à rotunda junto do mercado novo, esclareceu o deputado que nesta fase e enquanto decorressem as obras no Parque da Cerca, era

praticamente impossível mantê-la em bom estado, devido às poeiras constantes e o tempo estar seco, no entanto, esclareceu que já falara com o empreiteiro e que aquele se comprometera a refazer as pinturas logo que possível.

O Vereador **João Paulo Pedrosa** e no respeitante aos campos de ténis em São Pedro, informou que já fora retirada a rede envolvente, que estava em más condições, com o objectivo de fazer levantamento do tapete, cortar as raízes e regularizar o piso. Referiu-se de seguida às instalações da fábrica IVIMA, dizendo que se tratavam de empreendimentos privados e por isso a Câmara não tinha capacidade de intervenção, mas que da parte do Sr. Presidente já fizeram diligências junto dos actuais proprietários no sentido de tapar aquele espaço e assim impedir que houvessem devassas. Disse que apesar das medidas sabiam que isso não resolveria o problema dos toxicodependentes, porque aqueles depois procuravam outros locais alternativos e que o seu desejo era que os problemas daquela natureza fossem atalhados. Relativamente à Angolana, disse que se tratava igualmente de um empreendimento privado e como tal a Câmara não tinha mecanismos para intervir. Acrescentou que a única forma legal de a Câmara intervir era através da Protecção Civil

Relativamente aos tapumes frente aos Pedrosa explicou que há cerca de 6/7 anos foi aprovado um loteamento para aquele espaço mas que nunca iniciou a construção, apesar dos sucessivos pedidos de prorrogação de prazos de construção. Disse que àquela data a situação estava para analisar pelo gabinete de Apoio Jurídico da Câmara Municipal, por considerarem que o loteamento já estava caducado e tinha dúvidas quanto à validade da última prorrogação.

O Sr. **Albino Paulo** questionou a Câmara relativamente ao Parque de campismo para a Praia da Vieira uma vez que houve uma Assembleia anterior em que foi aprovado um empréstimo com vista à sua concretização e que agora não era referido.

O vereador **Armando Constâncio** esclareceu o deputado que não foi aprovado nenhum empréstimo para a construção do parque de campismo da Praia da Vieira, mas que existia uma declaração expressa da Câmara no sentido de o parque de campismo ser executado independentemente do financiamento. Acrescentou que esteve presente numa unidade de gestão da Comissão de desenvolvimento regional, em Alvaiázare, na qual pensava ter conseguido fazer aprovar a candidatura para o respectivo parque. Referiu que procederam à recolha de pareceres que estavam em falta da Direcção Geral de Turismo e que neste momento a Câmara Municipal já tinha na sua posse um dossier completo que estava em condições de ser aprovado pela Câmara Municipal, para posteriormente ser posto a concurso, e que agora aquela teria que tomar uma opção.

Findas as intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao público presente.

O Sr. **Orlando Calvete** referiu-se à rua Machado Santos, outrora uma rua comercial bonita, ponto de encontro entre muitas pessoas, e que actualmente estava muito abandonada, e os antigos estabelecimentos estavam encerrados e vandalizados, o que era desolador para qualquer marinhense. Neste sentido, questionou o executivo se não sentia vergonha e culpa pelo estado em que a mesma se encontrava.

O Sr. **Artur Cadime** começou por se referir ao Bambi, por se tratar de um espaço que valorizava São Pedro de Moel e que era bastante atractivo quer para os adultos, quer

para as crianças, lamentando que desde há 2 anos, altura em que foi destruído, estivesse sem funcionar. Seguidamente referiu-se ao Parque Mártires do Colonialismo que era uma obra bem feita pela Câmara Municipal, no entanto, disse que olhando atentamente para as árvores, havia muitas que não estavam a rebentar, denunciando que havia uma percentagem enorme de árvores velhas no Parque, que para além de não dignificar o local podia tornar-se perigoso para quem ali circulava. Referiu que se devia zelar por aquele espaço e não deixar estragar por desmazelo e falta de brio.

O Sr. **Eduardo Lino** disse que apesar de estar esclarecido que a Câmara não podia intervir na situação da IVIMA, por se tratar de terrenos privados, enquanto utilizador da Avenida 1º de Maio, recomendou à Câmara que inutilizasse a passadeira de travessia de peões que existia mesmo em frente à antiga porta principal da fábrica, por considerar perigoso o atravessamento naquele local. Referiu que esta passadeira não fazia sentido por existirem mais duas passadeiras relativamente perto, e que era um passo importante para a defesa dos cidadãos e utilizadores daquela avenida.

O Sr. **Miguel Carvalho** referiu uma situação que se estava a passar consigo a propósito do pedido de licença para um muro na casa de que era proprietário, que se pressupunha ser dada resposta em 30 dias, no entanto, não aconteceu, pedindo esclarecimentos do motivo porque passado 6 meses continuava sem obter qualquer resposta.

O **Presidente da Assembleia** solicitou ao deputado Rui Rodrigues, dado que foi nomeado pela Assembleia para uma comissão de análise de implementação de novos espaços comerciais de médias superfícies no Concelho, que o esclarecesse se já reuniram e em caso afirmativo que o informasse do que foi discutido.

O deputado **Rui Rodrigues** informou que já decorreram algumas reuniões em que foram apreciados alguns pedidos de licenciamento para estabelecimentos comerciais e que dos vários processos apreciados, e relativamente à última reunião, referiu que a Marinha Grande votou contra a instalação de dois ou três novos espaços comerciais.

O **Presidente da Assembleia Municipal** recomendou ao deputado que futuramente informasse o Presidente da Assembleia Municipal das sessões que participasse.

O Vereador **João Paulo Pedrosa** em resposta ao Sr. Miguel Carvalho disse que se tratava de uma questão complexa e que apesar de na altura que conversaram ter ficado sensibilizado para o problema, quando confrontou com pareceres técnicos, verificara que existiam dificuldades em aferir a limitação dos terrenos. Acrescentou que questões daquela natureza não eram competência da Câmara mas dos Tribunais. Acrescentou que depois deixou de acompanhar o assunto e que neste momento era necessário ir verificar como é que estava o processo e se a Assembleia assim o entendesse seria tirada uma cópia ao processo e entregue à Assembleia.

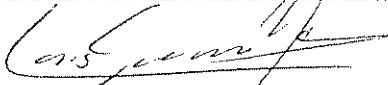
O vereador **Joaquim João Pereira** divulgou alguns aspectos do projecto do pelouro para a toxicod dependência. Explicou que uma das ideias era criar um gabinete de consultas na Marinha Grande, para apoio aos toxicod dependentes, que permitisse fornecer-lhes uma refeição quente e a possibilidade de tomarem banho, para o que solicitou duas salas. Acrescentou que após algumas diligências solicitou ao Director da Administração regional de Saúde do centro que cedesse o espaço disponível no centro de saúde da Marinha Grande, para por em funcionamento quer o centro de acolhimento

de toxicodependentes, quer uma unidade de cuidados continuados, para fazer ligação com o Hospital de Leiria. Acrescentou que a existência de instalações era imprescindível para que se pudesse melhorar o apoio aos toxicodependentes e que a proposta que fez foi no sentido de a Santa Casa da Misericórdia assumir a responsabilidade de criar as duas valências referidas em ligação com a Câmara. Revelou que o Plano Municipal de prevenção contra a toxicodependência estava a ser desenvolvido pela ADESER, sobretudo no local de Casal de Malta e pelo que sabia com algum êxito. Referiu que a luta contra a toxicodependência era uma luta de longo prazo que não produzia efeitos imediatos, apelando a alguma compreensão social de todos para aquele problema.


O Vereador **Armando Constâncio** prosseguiu com alguns esclarecimentos às intervenções dos munícipes. Referindo-se à rua Machado Santos disse que como munícipe também não se orgulhava do estado da mesma, no entanto, no âmbito das competências delegadas pelo Sr. Presidente da Câmara tentou arranjar uma solução que depois não se concretizou. Disse que na altura contactou com os proprietários das casas, uma vez que grande parte pertencia a uma família tradicional da Marinha Grande, com residência em Lisboa, no sentido de a Câmara as adquirir, incluindo os inquilinos. Referiu que o objectivo da Câmara era tornar aquela zona património municipal e para além de recuperarem o património, activarem-no e dinamizarem-no. Revelou que apesar dos contactos, não foi possível o acordo e como se tratava de propriedade privada, independentemente de as casas estarem abandonadas e degradadas, Câmara não podia intervir. Acrescentou que aquela rua era importante para o efeito de sinergia que a Câmara pretendia criar, a fim de atrair comércio para o centro. Reforçou que a Câmara estava a reunir esforços naquele sentido uma vez que já se encontravam adjudicadas as obras do Urbcom, que iam intervir em toda a zona do Centro Tradicional e a diversos níveis, tais como, infraestruturas viárias, equipamento urbano, iluminação pública. Disse que na sua opinião só depois de o edifício de resinagem (mercado antigo) estar a ser utilizado para os fins a que a Câmara se propunha, é que era possível a dinamização das ruas envolventes e assim estariam criadas as condições para a elocagem do comércio tradicional. Referindo-se ao Bambi disse que tinha dificuldade em se pronunciar uma vez que por razões de incompatibilidades não tinha intervido nos sucessivos concursos realizados. Esclareceu que teve conhecimento que estavam a decorrer consultas para se fazer os arranjos exteriores do Bambi, nomeadamente, calçadas à volta da esplanada, aumentar o parque infantil, novos candeeiros de iluminação, e que possivelmente não seria possível a abertura no Verão do corrente ano. Seguidamente falou das árvores no Parque Mártires do Colonialismo, esclarecendo que não havia problema com as árvores velhas, porque essas ficavam lá eternamente, e que o problema era com as novas, que iam secando e que tinham necessariamente que ser substituídas. Relativamente à passadeira frente ao portão da fábrica IVIMA, disse que fazia todo o sentido que fosse desactivada uma vez que havia outras opções mais seguras.

Por nada mais haver a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada, pelas vinte e três horas e quarenta minutos a sessão, cuja acta será assinada pelo Presidente e pelos Secretários.

O Presidente da Assembleia Municipal



O 1º Secretário



O 2º Secretário

